



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 39/2023, PROAD TRT22 nº 2761/2023	
TIPO	MENOR PREÇO
BASE LEGAL	Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, Circular SUSEP nº 642, de 20/09/2021, Resolução CSJT 249/2019(SIGEO-JT), Resolução Administrativa TRT22 44/2020, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: Dia 11 de dezembro de 2023 às 10:00 horas.	
OBJETO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de SEGURO TOTAL de veículos, com franquias obrigatórias e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade valor mínimo de mercado referenciado - 100% da Tabela FIPE - para veículos de propriedade do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
MODO DE DISPUTA: “ABERTO E FECHADO”	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.	
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: O edital encontra-se disponível na página eletrônica deste Tribunal, www.trt22.jus.br na aba transparência, menu: licitação - licitações realizadas a partir de 2019, bem como no portal de compras do Governo Federal: gov.br/compras , sistema compras, ou ainda, na sala de licitações do TRT da 22ª Região, Sede do TRT22, sito na Avenida João XXIII, 1460, 5º andar – Bairro dos Noivos, CEP: 64045-000, Teresina/PI. Tel. (86)2106-9558. email: licitacao@trt22.jus.br	
CODIGO DA UASG DO TRT22: 080024 - CNPJ DO TRT22: 03.458.141/0001- 40	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

PROAD TRT22 Nº 2761/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 39/2023

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria GP N.º 687/2023, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto 9.507 de 21 de setembro de 2018, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, Circular SUSEP nº 642, de 20/09/2021, Resolução CSJT 249/2019(SIGEO-JT), Resolução Administrativa TRT22 44/2020, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, conduzido pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a), com o auxílio dos membros da equipe de apoio, previamente credenciados no aplicativo "Licitações", constante da página eletrônica do Portal de Compras do Governo Federal(gov.br/compras, sistema compras), cujo monitoramento e inserção de dados gerados ou transferidos, utilizam recursos de criptografia e autenticação que garantem condições de segurança em todas as etapas do certame.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico.

DATA: Dia 11 de dezembro 2023

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10:00 horas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de SEGURO TOTAL de veículos, com franquia obrigatória e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade valor mínimo de mercado referenciado - 100% da Tabela FIPE - para veículos de propriedade do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. O critério de julgamento adotado será o menor valor total do prêmio(incluído todos os veículos), observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa correspondente ao objeto licitado tem por Ação Orçamentária – Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Elemento de Despesa: 33903969 – Seguros em Geral.

3.2. Valor máximo aceitável R\$ 51.558,82(cinquenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio: www.gov.br/compras, sistema SICAF, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Empresas corretoras de seguro ou administradoras de seguro sob qualquer forma;

5.2.2. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.3. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.2.4. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.5. Empresas não constituídas sob a forma de Sociedade Anônima, conforme art. 24 do Decreto-Lei 73/66.

5.2.6. Cooperativas, conforme art. 24, parágrafo único, do Decreto-Lei 73/66.

5.2.7. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.2.8. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 9.10 deste Edital;

5.2.9. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.2.10. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.2.11. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

5.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

5.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

5.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

5.5.2. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.5.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.5.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

5.5.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 valor total do prêmio(incluídos todos os veículos);

7.1.2. Descrição sucinta do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

7.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

7.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90(noventa) dias, a contar da data de abertura da licitação.

7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



7.8. Não será admitida a desistência da proposta após o início ou o encerramento da fase de lances, hipótese na qual o pregoeiro poderá solicitar a autuação de processo administrativo para apenação, na forma do artigo 7º da Lei 10.520/2002.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta eletrônica que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor total do prêmio(incluídos todos os veículos).**

8.6. **O critério de julgamento adotado será o menor preço.**

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

8.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

8.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

8.20.1. prestados por empresas brasileiras;

8.20.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.20.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.22.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 04(quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



8.22.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

9.2. A Planilha de Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo determinado pelo pregoeiro, que não poderá ser inferior a 2(duas) horas, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

9.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

9.3.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

9.3.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

9.3.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

9.3.3.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.3.3.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo não inferior a 02(duas) horas, contadas da solicitação, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

9.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destaca-se a Planilha de Formação de Preços readequada com o valor final ofertado ou documento que ateste condição preexistente, conforme Acórdão TCU 1211/2021.

9.7. Erros no preenchimento da Planilha de Formação de Preços não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

9.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

10.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, ou documentos que atestem condição preexistente, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo determinado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2(duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.6. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SG/MPDG nº 3, de 2018 deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação

10.7. **Habilitação jurídica:**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

10.7.1. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.7.2. no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.7.3. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.7.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.8.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.8.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.8.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.8.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.8.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.8.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.8.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9. Qualificação Técnica:

10.9.1. A licitante deverá apresentar para fins de qualificação técnica os seguintes documentos:

10.9.1.1. Comprovação de registro da empresa junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

10.9.1.2. A licitante deverá apresentar, pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

que comprove que a mesma tenha executado, ou esteja executando, satisfatoriamente, a cobertura de seguros para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, **demonstrando os valores das franquias praticadas**, compatíveis com objeto do termo de referência;

10.9.1.3. A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de produto equiparado com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira

10.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.10.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo determinado pelo pregoeiro, que não será inferior a 2(duas) horas e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

11.1.2. apresentar a planilha de formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, conforme modelo constante no Anexo II

11.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional.

11.3.3. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros.



11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico: <https://sgi.trt22.jus.br/transparencia/licitacaoportal>.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.3. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.4. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

13.2.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA APÓLICE DE SEGURO

15.1. A apólice terá vigência às 24:00h do dia 29/12/2023 e término às 24:00h do dia 29/12/2024 conforme art. 5º da Circular SUSEP nº 251, de 15 de abril de 2004.

15.2. A empresa deverá emitir a apólice de seguros e entregá-la-á no prédio Sede do TRT, situado à Av. João XXIII, 1460, bairro Noivos, Teresina Piauí, à Seção de Polícia Judicial do TRT 22ª Região no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Termo de Contrato.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de 29/12/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, conforme parecer nº 06/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e consoante estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e, ainda:

16.1.1. Haja autorização formal da autoridade competente;

16.1.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

16.1.3. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

16.1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

16.1.5. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

16.2. A apólice terá vigência às 24:00h do dia 29/12/2023 e término às 24:00h do dia 29/12/2024 conforme art. 5º da Circular SUSEP nº 251, de 15 de abril de 2004;

16.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993;

16.4. Toda prorrogação será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração;

16.5. A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual será submetido à aprovação da Assessoria Jurídica do TRT 22;



16.6. O CONTRATANTE realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;

16.7. A pelo menos 90 (noventa) dias corridos do término da vigência do contrato, o CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;

16.8. Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

16.9. A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;

16.10. Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação, ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade;

17. DO REAJUSTE

17.1. No caso de prorrogação do contrato a contratada deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

18. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. Os critérios de fiscalização dos serviços, bem como de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência, anexo I do edital.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações do Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

20.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/10)}{100} \quad I = 0,00016438$



TX = Percentual de taxa anual = 6%

16. AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1. não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. apresentar documentação falsa;

16.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.5. não mantiver a proposta;

16.1.6. cometer fraude fiscal;

16.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

16.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

16.2.2. Multa de até 15%(quinze por cento) sobre o valor anual estimado da contratação;

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

16.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Edital.

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



16.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no item 16 do Termo de Referência.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

17.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@trt22.jus.br.

17.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

17.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

17.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

17.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.



18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 18.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 18.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 18.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 18.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 18.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 18.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 18.11. Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes da legislação citada neste edital.
- 18.12. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Teresina/PI para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital.
- 18.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 18.13.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 18.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
 - 18.13.3. ANEXO III – Minuta de Contrato.

Teresina, 07 de novembro de 2023.

Adilson José de Oliveira Freire
Diretor-Geral de Administração



PROAD TRT22 Nº 2761/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETIVO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de SEGURO TOTAL de veículos, com franquia obrigatória e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade valor mínimo de mercado referenciado - 100% da Tabela FIPE - para veículos de propriedade do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.

2- JUSTIFICATIVA:

A diversidade de veículos que compõem a frota do Tribunal agregado ao aumento diário do número de veículos que circulam no Estado do Piauí, a situação das estradas e a crescente demanda de serviços prestados aos usuários da Justiça do Trabalho elevam os riscos de acidentes que podem causar danos pessoais e materiais ao TRT-22ª Região e a terceiros. A contratação do serviço de seguro de veículos proporciona maior segurança no caso de envolvimento das viaturas em sinistros, pois facilita a recuperação dos veículos e garante a indenização das despesas e prejuízos ocorridos.

3- PLANILHA COM ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS DO TRT- 22ª REGIÃO:

a) TEM	ESPECIFICAÇÃO	b) QUANT.	VALOR DO CASCO TABELA FIPE	
			UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
1	Mitsubishi MMC L 200 Triton SPT GL Diesel 4x4 2018 / 2019, Cabine dupla, sistema multimídia GPS, câmera de ré, sensor estacionamento, demais itens de série	02	c) d) 108.526,00	217.052,00
2	Línea Essence 1.8 Flex 16V 2013, sensor estacionamento, demais itens de série	06	e) 28.638,00	171.828,00
3	Renault Máster 2.5 dci 16V 115cv 16L Minibus Executivo 2006, diesel, retrovisores elétricos, demais itens de série	01	47.065,00	47.065,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

4	Toyota Corolla, XEI 2.0 FLEX 2017/2018, demais itens de série	02	88.316,00	176.632,00
5	GM Montana Furgão 1.4 LS flex 2011, alarme, trava elétrica, demais itens de série	01	33.746,00	33.746,00
6	Ford Ranger, 3.2 STORM, AT, 4x4, 200 CV, Diesel, Branca, Ano de fabricação 2022/2023.	10	196.886,00	1.968.860,00
7	Ford Fusion, SEL 2.5 16V, 173 CV, gasolina cambio Automático ano de fabricação 2010, câmera de ré, sensor estacionamento, demais itens de série	02	38.439,00	76.878,00
8	Caminhão Iveco Daily 70C17 HDCS 2012, diesel, cab. simples + Baú Alumínio, ar-condicionado, alarme e trava elétrica	01	125.870,00	127.870,00
9	Mitsubishi Pajero Dakar AT HPE V6 flex 4x4 2013, airbag duplo, sistema multimídia GPS, câmera de ré, sensor estacionamento, demais itens de série	01	89.847,00	89.847,00
10	GM S10 2.8 LT Automático CD 4X4, 2013, diesel, branco, e demais itens de série	02	109.962,00	219.924,00
11	Honda Accord Sedan 4p EX 3.0 24V V6, 2005, automático e demais itens de série	01	29.318,00	58.636,00
12	Ônibus, Volksbus 17.280 OT 6.9 2014 (Modificado)	01	380.000,00	380.000,00

***A franquia deve ser “reduzida”, sendo possível estipular franquias diferenciadas, desde que não onerem o valor normal do prêmio.**

3.1- APÓLICE

3.1.1- Apólice coletiva vigente nº 20014694, SEGUROS SURA S/A, conforme PROAD 723/2018.

3.2 - A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias, bônus e valor do prêmio, individuais para cada veículo, de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

3.2.1. O valor da franquia obrigatória da seguradora (100%), em real e por veículo;

3.2.2. O valor do bônus mínimo estabelecido, em classe, por veículo;

3.2.3. Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo.



As apólices deverão ser entregues em parcela única, dentro do prazo especificado no item 12 deste Termo.

4- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1- A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4.2- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5- COBERTURA

O tipo de cobertura é Total ou Compreensiva, sendo que a importância segurada para cada veículo será de, no mínimo, 100 % (cem por cento) do valor de mercado constante na tabela FIPE (www.fipe.org.br), observando-se as características, condições, observações e o tipo e valor da franquia:

- a) Colisão;
- b) Incêndio;
- c) Furto e roubo;
- d) Abaloamento;
- e) Capotagem;
- f) Queda de precipícios e de pontes;
- g) Queda acidental sobre o veículo de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado;
- h) Granizo;
- i) Furacão;
- j) Terremoto;
- k) Submersão total ou parcial;
- l) Prestação de serviços de socorro ou salvamento decorrente de um dos riscos cobertos;
- m) Cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores;
- n) Assistência de emergência 24 horas para veículos, passageiros e motoristas com reboque de 400 a 900Km envolvendo: chaveiro, assistência com socorro mecânico e transporte de passageiro e do condutor a serviço da segurada por roubo ou furto do veículo.
- o) Responsabilidade Civil Facultativa, abrangendo:
 - RCF/DMT – Danos Materiais: total segurado de no mínimo R\$ 100.000,00 (cem mil reais);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

- RCF/DPT – Danos Pessoais: total segurado de no mínimo R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- p) Acidente pessoal de passageiro:
- Morte: total segurado de no mínimo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por pessoa;
 - Invalidez permanente: total segurado de no mínimo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por pessoa.

6- FATORES E CONDIÇÕES DE DIMINUIÇÃO DE RISCOS

6.1- Todos os veículos, objeto deste Termo, são recolhidos em garagem própria conforme quadro abaixo:

QUANT. VEÍCULO	LOCALIZAÇÃO	ENDEREÇO / TELEFONE
16	SEDE JUDICIÁRIA	Av. João XXIII, 1460, Noivos, Teresina PI. (0xx862106-9571)
06	COMPLEXO ADMINISTRATIVO	Rua João da Cruz Monteiro, 1694-Cristo Rei (0xx862107-3942)
01	VARA DE PARNAÍBA	Rua Riachuelo 786 Centro (Fone: 0xx863321-2828)
01	VARA DE S.R.NONATO	Av. Professor João Meneses, 592 Centro (0xx893582-1269)
01	VARA DE PICOS	Av. Senador Helvídio Nunes, 2570 A Junco (0xx89 3422-3661)
01	VARA DE FLORIANO	Rua São João, 528 Centro (0xx89 3521-2976)
01	VARA DE PIRIPIRI	Av. Dep. Raimundo Holanda, 347 - Morro da Saudade (0xx86 3276-1481)
01	VARA DE OEIRAS	Rua Comadre Ana, S/N, Oeiras Nova (0xx89 3462-2882)
01	VARA DE BOM JESUS	Av. Miramar nº 172 bairro Miramar, Bom Jesus (0xx89 3562-1604)
01	VARA DE VALENÇA	Av. Joaquim Manoel, S/N – Lavanderia (0xx89 3465-1234)

6.2- Os veículos são conduzidos, exclusivamente, por servidores e funcionários deste TRT, habilitados nas categorias “B” , “C” ou “D”;

6.3- Os veículos se encontram em bom estado de conservação, a cada 10.000 km ou a cada 6 (seis) meses são encaminhados às oficinas para manutenção preventiva, seguindo critérios especificados nos manuais dos seus fabricantes e, quando solicitado, encaminhados para a manutenção corretiva;



6.4- Não existe ambulância na frota e todos os veículos são utilizados, exclusivamente, a serviço do Tribunal;

6.5- Os veículos de passeio são utilizados no transporte de autoridades, servidores e funcionários na Capital e Interior;

6.6- Os veículos tipo picapes são utilizados no transporte de autoridades, servidores e materiais na Capital e Interior;

6.7- O caminhão é utilizado no transporte de servidores e materiais na Capital e Interior.

6.8- O ônibus é adaptado e se destina tão somente à realização de audiências da Justiça Itinerante, não sendo utilizado para condução de passageiros.

7- ENDOSSO

7.1- Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pelo TRT e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte do Tribunal;

7.2- No caso da compra de novos veículos, o TRT solicitará à contratada a elaboração de orçamento, que deverá ser atendido no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8- FRANQUIA

8.1- A franquia será reduzida e em caso de sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo TRT, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com o TRT, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse;

8.2- Franquia reduzida deverá ser comprovada como a efetivamente praticada pela seguradora, conforme item 15.

9- VISTORIA

9.1- A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados deverá comparecer à sede do TRT e unidades jurisdicionadas, em dias úteis, no período compreendido entre as 7h30 e 14h30. A vistoria deverá ser marcada previamente com os responsáveis, conforme endereços e telefones especificados no item 6.1 deste termo;

9.2- O fato da seguradora, deixar de realizar a vistoria não será motivo para eximir-se de qualquer obrigação pertinente a este objeto, principalmente quanto à cobertura de equipamentos e acessórios.



10- DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1– Não há previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota do Tribunal no período da vigência do seguro;

10.2– As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste termo;

10.3 – Não foi encontrada avaliação da tabela FIPE para o ônibus, isso em virtude do mesmo ser modificado, mas consultou-se a empresa MÔNACO DIESEL, autorizada da marca Volkswagen caminhões em Teresina, obtendo-se assim, estimativa de valor de mercado atual;

10.4– Dados da frota e classe de bônus atual no anexo I.

11- PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a liquidação da nota fiscal, se comprovada a regularidade fiscal do credor mediante apresentação de certidão negativa de débitos com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

11.2- O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no **Portal do SIGEO – JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento.**

11.3- O fiscal deverá providenciar a liquidação da nota fiscal/fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no subitem anterior;

11.4- Havendo erro no documento fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação das despesas, o prazo passará a fluir somente após sanada a irregularidade, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para este Tribunal, inclusive moratório;

11.5- Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1- Emitir a apólice de seguro e entregá-la no prédio Sede do TRT, situado à Av. João XXIII, 1460, bairro Noivos, Teresina Piauí, à Seção de Polícia Judicial do TRT 22ª Região no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota de empenho;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

12.2- O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso, pedido de orçamento para endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, etc., a contar de pedido expresso da Seção de Polícia Judicial;

12.3- Atender aos chamados do Contratante, em caso de sinistro, no prazo máximo de 1 (uma) hora, contados a partir da comunicação do TRT;

12.4- Realizar as indenizações de eventuais sinistros no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do sinistro pelo Contratante;

12.5- Garantir que, a recuperação dos sinistrados poderá, a critério do contratante, ocorrer em uma concessionária autorizada pelo fabricante;

12.6- Garantir a cobertura prevista do seguro automotivo no caso de atraso ou não fornecimento da apólice;

12.7- Colocar à disposição do TRT, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;

12.8- Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização e orientação, durante a vigência do Contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

12.9- Informar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone, para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do objeto da presente licitação;

12.10- O TRT não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

12.11- Fornecer, para cada veículo, manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro.

12.12- Efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais) com vistas à liquidação e pagamento das faturas.

12.13 - Acessar o link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo> para realização do cadastro. E a ajuda para uso do sistema do Portal acessar o link – <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>.”

13- DEVERES DA CONTRATANTE

13.1- Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TRT;



13.2- Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento das faturas e registro do atesto no portal do SIGEO – JT para fins de liquidação e pagamento;

13.3- Efetuar o pagamento à contratada no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência, após a liquidação da respectiva nota fiscal/fatura;

13.4- Permitir e facilitar a vistoria dos bens a serem segurados;

13.5- Informar a Contratada sempre que houver transferência de veículo;

13.6- Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias para a cobertura dos seguros objetos desta licitação.

14 – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. Nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, a responsabilidade pela fiscalização desta contratação ficará a cargo da Seção de Polícia Judicial do TRT 22ª Região através de servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

14.2 - A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Diretoria Geral;

14.3- A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência;

14.4 - Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Termo de Referência e no Contrato.

15- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.1- A licitante deverá apresentar para fins de qualificação técnica os seguintes documentos:

15.1.1- Comprovação de registro da empresa junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

15.1.2- A licitante deverá apresentar, pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a mesma tenha executado, ou esteja executando, satisfatoriamente, a cobertura de seguros para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, **demonstrando os valores das franquias praticadas**, compatíveis com objeto do termo de referência.

15.1.3- A empresa cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de produto equiparado com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará dispensada da apresentação do atestado de capacidade técnica.



16- PENALIDADES

16.1- A Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

16.1.2- Advertência;

16.1.3- Multas:

16.1.3.1- De 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado, em caso de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos em dias neste Termo de Referência, limitada a incidência a 10% (dez por cento);

16.1.3.2- De 0,2% (dois décimos por cento) a hora sobre o valor total contratado, em caso de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos em horas neste Termo de Referência, limitada a incidência a 10% (dez por cento);

16.1.3.3- De 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.1.3.4- De 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.1.4- Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005;

16.2- As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto. Inexecução Parcial se caracteriza quando não for substituída todos os itens danificados no sinistro;

16.3- A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará a anotação no SICAF das penalidades aplicadas, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar;

16.4- A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

17- VALOR

A seção de Compras/CML fará pesquisa de preços de mercado.



18- VIGÊNCIA

18.1- O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de 29/12/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, conforme parecer nº 06/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e consoante estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e, ainda:

18.1.1- Haja autorização formal da autoridade competente;

18.1.2.- Os serviços tenham sido prestados regularmente;

18.1.3- A Administração mantenha interesse na realização do serviço;

18.1.4- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;

18.1.5- A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

18.2 - A apólice terá vigência às 24:00h do dia 29/12/2023 e término às 24:00h do dia 29/12/2024 conforme art. 5º da Circular SUSEP nº 251, de 15 de abril de 2004;

18.3 - A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993;

18.4 - Toda prorrogação será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração;

18.5 - A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual será submetido à aprovação da Assessoria Jurídica do TRT 22;

18.6 - O CONTRATANTE realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;

18.7 - A pelo menos 90 (noventa) dias corridos do término da vigência do contrato, o CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 05

(cinco) dias corridos contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;

18.8 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

18.9 - A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;



18.10 - Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação, ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade;

19- DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

A forma de adjudicação do objeto será por menor preço global do prêmio, em razão da obtenção de melhores preços para uma frota de veículos (economia de escala) e da maior facilidade na gestão de único contrato futuro, havendo economia operacional, observando-se o item 8.

20- DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1- As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência;

20.2- Durante a vigência da contratação, será permitida a alteração social, a fusão, a cisão, a incorporação, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir;

20.3- No caso de alteração social, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da solicitação deste Tribunal, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;

20.4- No caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais penalidades decorrentes da inexecução total;

20.5- Não será mantido ou aditado o presente instrumento, caso a CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07/2005, atualizada com a redação dada pela Resolução nº 09/2005, do Conselho Nacional de Justiça.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Daniel Martins de Sousa
Chefe da Seção de Polícia Judicial

Gardner Mendes da Rocha
Agente de Polícia Judicial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ANEXO ÚNICO

DADOS DA FROTA CLASSE BONUS

ITEM	VEÍCULO/ANO	RENAVAN	CHASSI	PLACA	CLASSE BONUS
01	RANGER STORM 2022/2023	01325864363	8AFAR23S6PJ293578	RST0F75	01
02	RANGER STORM 2022/2023	01325858835	8AFAR23SXPJ300855	RST0F53	01
03	RANGER STORM 2022/2023	01325862824	8AFAR23S9PJ300863	RST0F68	01
04	RANGER STORM 2022/2023	01325857278	8AFAR23S5PJ293572	RST0F47	01
05	RANGER STORM 2022/2023	01325852276	8AFAR23S4PJ300849	RST0F41	01
06	RANGER STORM 2022/2023	01325857987	8AFAR23S5PJ300858	RST0F48	01
07	RANGER STORM 2022/2023	01325866099	8AFAR23S4PJ293580	RST0F82	01
08	RANGER STORM 2022/2023	01325859920	8AFAR23S2PJ290385	RST0F59	01
09	RANGER STORM 2022/2023	01325864363	8AFAR23S1PJ305961	SLN4B21	01
10	RANGER STORM 2022/2023	01325858835	8AFAR23S1PJ307967	SLN4B43	01
11	MONTANA LS 11/12	347033709	9BGCA80X0CB143460	NVT-9994	10
12	L200 TRITON SPT GL	1151615886	93XLJKL1TKCJ09800	PIX-6714	03
13	L200 TRITON SPT GL	1151616327	93XLKL1TKCJ09795	PIX-6724	03
14	MASTER 2006/2006	877241970	93YCDDUH56J702582	LWJ-7991	10
15	LINEA ESSENCE 12/13	502035579	9BD1105BDD1553505	OEG-8908	06
16	LINEA ESSENCE 12/13	502050020	9BD1105BDD1553243	OEG-9298	06
17	LINEA ESSENCE 12/13	502106174	9BD1105BDD1554750	OEH-0158	06
18	LINEA ESSENCE 12/13	502103370	9BD1105BDD1553126	OEH-0188	06
19	LINEA ESSENCE 2013	510127231	9BD1105BDD1558389	OUA-1271	06
20	LINEA ESSENCE 2013	575132892	9BD1105BDD1563012	OVX-9996	06
21	CAMINHÃO IVECO	518952010	93ZC70C01D8445366	OUE-9158	06
22	PAJERO DAKAR 2013	559936770	93XFRKH9WDCD13260	OVX-9728	07
23	FORD FUSION 2010	231701624	3FAHPOJAOAR407040	JJU-9601	04
24	FORD FUSION 2010	217776701	3FAHPOJA3AR358156	JJU-8411	04
25	COROLLA XEI 2.0 FLEX 17/18	1141701410	9BRD3HE3JO379956	PIY-1230	04
26	COROLLA XEI 2.0 FLEX 17/18	1141706200	9BRD3HE9J0379959	PIY-1240	04
27	S 10 LT DD4A 2013	999644165	9BG148FKOEC429283	OEG-3503	09
28	S 10 LT DD4A 2013	592650430	9BG148FKOEC410175	LWP-5448	09
29	HONDA ACORD V6	863225659	3HGCM66505G500314	JKH-2471	07
30	ONIBUS VW/MPOLO	1040223831	9532582Z6ER442297	PIH-4611	07



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ROAD TRT22 Nº 2761/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 39/2023

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Proposta referente ao Pregão Eletrônico nº 39/2023 – PROAD TRT22 Nº 2761/2023

01 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de SEGURO TOTAL de veículos, com franquia obrigatória e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade valor mínimo de mercado referenciado - 100% da Tabela FIPE - para veículos de propriedade do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos..

02 - IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE/UF:

CEP:

FONE: ()

E-mail:

NOME PARA CONTATO:

03 - DADOS BACÁRIOS: Banco: _____ Conta n.º: _____; Agencia n.º: _____

04 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme Edital

05 – VALIDADE DA PROPOSTA: () dias contados da abertura da licitação - prazo mínimo de 90 (noventa) dias.

06 – DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO.

07 - PREÇOS: Conforme planilha de preços anexa.

Local, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante legal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
ANEXO ÚNICO - PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	VEÍCULO/ANO	RENAVAN	CHASSI	PLACA	CLASSE BONUS	VALOR FRANQUIA REDUZIDA	VALOR PRÊMIO
01	RANGER STORM 2022/2023	01325864363	8AFAR23S6PJ293578	RST0F75	01		
02	RANGER STORM 2022/2023	01325858835	8AFAR23SXPJ300855	RST0F53	01		
03	RANGER STORM 2022/2023	01325862824	8AFAR23S9PJ300863	RST0F68	01		
04	RANGER STORM 2022/2023	01325857278	8AFAR23S5PJ293572	RST0F47	01		
05	RANGER STORM 2022/2023	01325852276	8AFAR23S4PJ300849	RST0F41	01		
06	RANGER STORM 2022/2023	01325857987	8AFAR23S5PJ300858	RST0F48	01		
07	RANGER STORM 2022/2023	01325866099	8AFAR23S4PJ293580	RST0F82	01		
08	RANGER STORM 2022/2023	01325859920	8AFAR23S2PJ290385	RST0F59	01		
09	RANGER STORM 2022/2023	01325864363	8AFAR23S1PJ305961	SLN4B21	01		
10	RANGER STORM 2022/2023	01325858835	8AFAR23S1PJ307967	SLN4B43	01		
11	MONTANA LS 11/12	347033709	9BGCA80X0CB143460	NVT-9994	10		
12	L200 TRITON SPT GL	1151615886	93XLJKL1TKCJ09800	PIX-6714	03		
13	L200 TRITON SPT GL	1151616327	93XLKL1TKCJ09795	PIX-6724	03		
14	MASTER 2006/2006	877241970	93YCDDUH56J702582	LWJ-7991	10		
15	LINEA ESSENCE 12/13	502035579	9BD1105BDD1553505	OEG-8908	06		
16	LINEA ESSENCE 12/13	502050020	9BD1105BDD1553243	OEG-9298	06		
17	LINEA ESSENCE 12/13	502106174	9BD1105BDD1554750	OEH-0158	06		
18	LINEA ESSENCE 12/13	502103370	9BD1105BDD1553126	OEH-0188	06		
19	LINEA ESSENCE 2013	510127231	9BD1105BDD1558389	OUA-1271	06		
20	LINEA ESSENCE 2013	575132892	9BD1105BDD1563012	OVX-9996	06		
21	CAMINHÃO IVECO	518952010	93ZC70C01D8445366	OUE-9158	06		
22	PAJERO DAKAR 2013	559936770	93XFRKH9WDGD13260	OVX-9728	07		
23	FORD FUSION 2010	231701624	3FAHPOJAOAR407040	JJU-9601	04		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

24	FORD FUSION 2010	217776701	3FAHPOJA3AR358156	JJU-8411	04		
25	COROLLA XEI 2.0 FLEX 17/18	1141701410	9BRD3HE3JO379956	PIY-1230	04		
26	COROLLA XEI 2.0 FLEX 17/18	1141706200	9BRBD3HE9J0379959	PIY-1240	04		
27	S 10 LT DD4A 2013	999644165	9BG148FKOEC429283	OEG-3503	09		
28	S 10 LT DD4A 2013	592650430	9BG148FK0EC410175	LWP-5448	09		
29	HONDA ACORD V6	863225659	3HGCM66505G500314	JKH-2471	07		
30	ONIBUS VW/MPOLLO	1040223831	9532582Z6ER442297	PIH-4611	07		
VALOR TOTAL DO PRÊMIO R\$							VALOR A SER LANÇADO NO SISTEMA GOV.BR/COMP RAS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

PROAD TRT22 Nº 2761/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2023
CONTRATO TRT22 Nº /2023
MINUTA

**CONTRATO DE SEGURO TRT22 Nº , PARA
COBERTURA DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A
FROTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
22ª REGIÃO.**

CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.458.141/0001-40, com sede na Av. João XXIII nº 1460, bairro dos Noivos, Teresina-PI, CEP 64.045-000, representado neste ato por seu Diretor-Geral de Administração, Sr. Adilson José de Oliveira Freire.

CONTRATADA:, situada na , representada neste ato por seu .

O CONTRATANTE e a CONTRATADA, acima identificados, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO DE SEGURO DE VEÍCULOS**, fundamentado no Pregão Eletrônico TRT22 nº /2023 e regulado pelas Leis 10.520/2002 e 8.666/93, Instrução Normativa SG/MPDG nº 3/2018, Decretos nº 10024/2019, Circular SUSEP nº 642/2021, conforme autorização de doc. do PROAD TRT22 nº /, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente avença a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de SEGURO TOTAL de veículos, com franquias obrigatórias e assistência 24 (vinte e quatro) horas, na modalidade valor mínimo de mercado referenciado - 100% da Tabela FIPE - para veículos de propriedade do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, conforme quantidades e especificações técnicas constantes no Termo de Referência e seus anexos, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico TRT22 nº /2023.

2. DA VINCULAÇÃO

2.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato e aos documentos adiante enumerados, que integram o PROAD TRT22 Nº 2761/2023 e são partes integrantes deste contrato, independente de transcrição:

2.1.1. Edital do Pregão Eletrônico nº 39/2023 e seus anexos;

2.1.2. Proposta de preço firmada pela CONTRATADA em .

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de 29/12/2023, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, conforme parecer nº



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

06/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e consoante estabelecido no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, e, ainda:

- 3.1.1. Haja autorização formal da autoridade competente;
 - 3.1.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - 3.1.3. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
 - 3.1.4. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
 - 3.1.5. A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 3.2. A apólice terá vigência às 24:00h do dia 29/12/2023 e término às 24:00h do dia 29/12/2024 conforme art. 5º da Circular SUSEP nº 251, de 15 de abril de 2004;
- 3.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993;
- 3.4. Toda prorrogação será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração;
- 3.5. A prorrogação de contrato, quando vantajosa para a Administração, será promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual será submetido à aprovação da Assessoria Jurídica do TRT 22;
- 3.6. O CONTRATANTE realizará negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação;
- 3.7. A pelo menos 90 (noventa) dias corridos do término da vigência do contrato, o CONTRATANTE expedirá comunicado à CONTRATADA para que esta manifeste, dentro de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do atual Contrato;
- 3.8. Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o CONTRATANTE providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.
- 3.9. A resposta da CONTRATADA terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão;
- 3.10. Eventual desistência da CONTRATADA após a assinatura do termo aditivo de prorrogação, ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do CONTRATANTE a devida aplicação de penalidade;

4. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1. A apólice de seguro correspondente ao prazo de vigência deste contato será entregue, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota de assinatura do contrato, na Seção de Polícia Judicial do CONTRATANTE, localizada na Av. João XXIII nº 1.460, Bairro dos Noivos,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

Teresina/Piauí, CEP 64.045-000, telefone (86) 2107-3942, nos dias úteis, de segunda a sexta, no horário de 7 às 14h.

4.1.1. O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, de apólice por endosso, pedido de orçamento para endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus etc., a contar do pedido expresso da Seção de Polícia Judicial.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O objeto do contrato será recebido:

5.1.1. PROVISORIAMENTE, por servidor designado para o acompanhamento e fiscalização das obrigações da Contratada, mediante recibo, no momento da entrega da apólice, para efeito de posterior verificação da conformidade desta com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta;

5.1.2. DEFINITIVAMENTE, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação de conformidade e consequente aceitação, mediante recibo.

5.2. Caso seja verificada a entrega da apólice em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência, o prazo de recebimento será interrompido e a CONTRATADA deverá providenciar a substituição, sem prejuízo do prazo estabelecido para a entrega e da aplicação de sanção.

5.2.1. Resolvida a pendência, haverá novo recebimento provisório e reinício da contagem do prazo para recebimento definitivo.

6. DA COBERTURA, ENDOSSO E FRANQUIA

As disposições relativas à cobertura, endosso e franquias estão disciplinadas no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. São obrigações do CONTRATANTE, além daquelas previstas no Termo de Referência:

7.1.1. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva execução do objeto, efetuando o pagamento dentro das condições e prazos estabelecidos;

7.1.2. promover os pagamentos nas condições ajustadas, após regular liquidação da despesa;

7.1.3. notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução contratual para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

7.1.4. prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato.

7.2. São obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas no Termo de Referência:

7.2.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato;

7.2.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

7.2.3. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

7.2.4. responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.3. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

7.3.1. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;

7.3.2. a transferência da responsabilidade contratual para outras entidades sob qualquer pretexto;

7.3.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato;

7.3.4. a contratação de cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária consignada ao Programa de Trabalho , Natureza da Despesa , Nota de Empenho , de , no valor de R\$ ().

9. DO VALOR

9.1. O valor deste contrato é de R\$ (), ..

9.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.3. Os valores pagos estão discriminados na tabela abaixo:

ITEM	VEÍCULO/ANO	PLACA	CLASSE BONUS	VALOR FRANQUIA REDUZIDA	VALOR PRÊMIO
01	RANGER STORM 2022/2023	RST0F75	01		
02	RANGER STORM 2022/2023	RST0F53	01		
03	RANGER STORM 2022/2023	RST0F68	01		
04	RANGER STORM 2022/2023	RST0F47	01		
05	RANGER STORM 2022/2023	RST0F41	01		
06	RANGER STORM 2022/2023	RST0F48	01		
07	RANGER STORM 2022/2023	RST0F82	01		
08	RANGER STORM 2022/2023	RST0F59	01		
09	RANGER STORM 2022/2023	SLN4B21	01		
10	RANGER STORM 2022/2023	SLN4B43	01		
11	MONTANA LS 11/12	NVT-9994	10		
12	L200 TRITON SPT GL	PIX-6714	03		
13	L200 TRITON SPT GL	PIX-6724	03		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

14	MASTER 2006/2006	LWJ-7991	10		
15	LINEA ESSENCE 12/13	OEG-8908	06		
16	LINEA ESSENCE 12/13	OEG-9298	06		
17	LINEA ESSENCE 12/13	OEH-0158	06		
18	LINEA ESSENCE 12/13	OEH-0188	06		
19	LINEA ESSENCE 2013	OUA-1271	06		
20	LINEA ESSENCE 2013	OVX-9996	06		
21	CAMINHÃO IVECO	OUE-9158	06		
22	PAJERO DAKAR 2013	OVX-9728	07		
23	FORD FUSION 2010	JJU-9601	04		
24	FORD FUSION 2010	JJU-8411	04		
25	COROLLA XEI 2.0 FLEX 17/18	PIY-1230	04		
26	COROLLA XEI 2.0 FLEX 17/18	PIY-1240	04		
27	S 10 LT DD4A 2013	OEG-3503	09		
28	S 10 LT DD4A 2013	LWP-5448	09		
29	HONDA ACORD V6	JKH-2471	07		
30	ONIBUS VW/MPOLO	PIH-4611	07		
VALOR TOTAL DO PRÊMIO R\$					

10. DO PAGAMENTO

As regras sobre o pagamento estão estabelecidas no item 20 do Edital de Licitação.

11. DO REAJUSTE

11.1. No caso de prorrogação do contrato a contratada deverá oferecer desconto e aplicar sobre o prêmio do seguro, líquido de emolumentos, um sistema de bônus, de acordo com as normas da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, a responsabilidade pela fiscalização desta contratação ficará a cargo da Seção de Polícia Judicial do TRT 22ª Região através de servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança;

12.2. A fiscalização deste Contrato será realizada por servidor a ser indicado pela Diretoria Geral;

12.3. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência;

12.4. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Termo de Referência e no Contrato.

13. DAS SANÇÕES

As sanções aplicáveis por descumprimento deste contrato são aquelas descritas no ITEM 16 do Termo de Referência, Anexo I do edital

14. DA RESCISÃO

14.4. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

14.4.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

14.5. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

15. DO FORO

15.4. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Teresina, para dirimir as questões derivadas deste contrato.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente contrato.

Teresina/PI, de 2023.

P/ CONTRATANTE:

P/ CONTRATADA: